

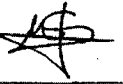
Ata da 1ª Reunião Técnica da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

As 10h do dia 16 de novembro do ano de 2006, na Sala das Comissões Solon Amaral, realizou-se a presente reunião técnica para tratar de Medida Provisória que definirá novos critérios a serem adotados pelo Incra na reforma agrária. Diversas autoridades ligadas ao setor se fizeram presentes para o debate. De uma maneira informal, a deputada pediu que formassem um círculo para a discussão com todos os presentes. Participaram do evento representante do deputado federal Rubens Ottoni, Otacilio Teixeira, o superintendente do Incra em Goiás, Euripedes Malaquias de Souza, e sua

145

equipe técnica; secretário de Agricultura, Pecuária e Irrigação, Antonio Flávio Camilo de Lima; secretário substituto do Controle Externo do TCU em Goiás; Paulo Henrique Nogueira; Presidente da Comissão de Direito Agrário da OAB-GO; professor Frederico Alves.

Também estiveram presentes representantes do MST (Movimento dos Sem Terra); MTL (Movimento Terra Livre), MCP (Movimento Camponês Popular), CPT (Comissão Pastoral da Terra), Fetaeg (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás), Fetraf-GO (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar em Goiás), Cecap (Centro de Capacitação de Agricultores Familiares) e Via Campesina. A Ilustre Deputada Izaura Bemos informou que esteve no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) há dez dias, e tomou conhecimento de um decreto do presidente Michel Temer, que regulariza os assentamentos rurais. "Nosso intuito é ouvir a classe dos movimentos sociais para correr contra o tempo e procurar interferir para democratizar". Segundo a Deputada, são então as entidades são reconhecidas como legítimas representantes do movimento agrário. "Nossa preocupação é que elas passem a ser ignoradas". O Decreto nº 8738/16 regulamenta a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, para dispor sobre o processo de



seleção das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária, e de origem do governo da então presidente Dilma Rousseff, e agora, Michel Temer fez alterações ainda desconhecidas pela população que só saberão que vai na prática quando o novo decreto for publicado. Em seguida, a Deputada passou a palavra ao Sr. Alair Luiz dos Santos (Presidente da Fetseg), que afirmou que o decreto vem para acabar com a reforma agrária, acabar com os assentamentos e municipalizar a reforma agrária, o que segundo ele é incabível. "Quando se trata de um decreto não sabemos o que virá por aí", salienta. Logo em seguida com a palavra o Sr. Gilvan Rodrigues, representante do MST. Segundo ele acredita, muitas mudanças estão por vir e todas elas trazem incertezas para o movimento. Com a palavra o Superintendente do Incra (SR04), em Goiás, o Sr. Euripedes Malaquias de Souza "Trata-se de iniciativa oportuna, porque precisamos sim, debater essa proposta que será encaminhada para discussão e votação no Congresso Nacional", segundo ele entende, esse debate é oportuno, porque tem alguns itens na Medida Provisória que são realmente polêmicos. "A questão de titularização, por exemplo, nos preocupa muito, porque a maioria das famílias assentadas não tem condições de arcar com despesas de ressarcimento e pode, inclusive, perder

MF

suas Zerres. Também considero importante a questão da municipalização da reforma agrária", Ele manifestou a sua convicção de que dessa reunião técnica vão sair boas ideias para serem encaminhadas aos parlamentares que irão apreciar essa Medida Provisória.

Logo em seguida foi dada a palavra ao Dr. Frederico Alves Presidente da Comissão de Direitos Agrário da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás (OAB-60). "Essa discussão é oportuna e de grande valia, porque temos que chegar a um consenso com relação a essa Medida Provisória que definirá novos critérios a serem adotados na reforma agrária." Segundo Frederico Alves, os movimentos sociais que tratam dessa questão poderão ser prejudicados, caso os municípios venham a ser privilegiados na nova lei. "De qualquer sorte, será um bônus para os municípios, caso administrem com sabedoria, caso contrário, vai acabar se transformando em ônus para seus municípios." Para a Ilustre Deputada Isaura essa discussão que ocorreu hoje não é definitiva, uma vez que, todas as informações são muito novas. "Essas mudanças estão em curso. A reforma agrária se coloca como um fator de desenvolvimento se for feita corretamente", afirmou a Deputada que utilizou alguns trechos do antigo "Análise do texto do MP de reforma agrária" escrito por Sérgio

MB

Sauer, professor da Universidade de Brasília, para incitar ~~o~~ debate entre os presentes. Logo em seguida o Sr. Paulo Henrique Nogueira, o Secretário Tribunal de Contas da União em Goiás (TCU-GO), questionou sobre as questões sociais e leu o Acórdão 775. Ao final, a ilustre Deputada Saura Ramos sugere a criação de um Conselho Estadual que ajude na discussão sobre a reforma agrária ser feita de forma mais técnica e partidária. Não tendo nada mais a ser tratado, a ilustre Deputada agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião extraordinária. E, para constar, eu, Maria de Lourdes Silva, Secretária da Comissão, laurei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos presentes (Memos)